

20 MAR 1992

Acordo deve ser fechado até abril

PAULO SOTERO**Correspondente**

WASHINGTON — Dependendo de uma resposta que os bancos devem dar hoje em Nova York, o acordo de redução e reestruturação da dívida externa brasileira com credores privados poderá estar definido nos próximos dias. Fontes do governo brasileiro e dos bancos não descartam a hipótese de as linhas gerais de um acordo serem anunciadas até a reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), nos primeiros dias de abril, em São Domingos. As negociações envolvem pouco mais de US\$ 40 bilhões.

William R. Rhodes, o vice-presidente do Conselho de Administração do Citicorp, que supervisiona o comitê de bancos, antecipou ontem a recepção favorável dos credores à mais recente contra-oferta apresentada pelo Brasil, na terça-feira. "As negociações estão progredindo bem", afirmou ele. "Os dois lados estão

chegando perto de um acordo."

O usualmente cauteloso negociador brasileiro, Pedro Malan, evitou fazer uma previsão mas descreveu o clima das conversas como bastante positivo. "Nós viemos dispostos a acelerar as negociações, já fizemos progressos significativos (desde terça-feira) e esperamos avanços substanciais nos próximos dias."

Fontes dos dois lados disseram que o problema em torno das garantias que o País dará a alguns dos instrumentos financeiros oferecidos aos bancos, até agora o maior obstáculo ao entendimento, está superado. O mecanismo de aprovisionamento gradual das reservas, proposto pelos credores no mês passado, foi bem recebido pelo governo. "Mas o diabo está nos detalhes", disse Malan.

Quanto ao prazo de vigência das garantias, os dois lados convergiram para um entendimento em torno de 12 meses, o ponto intermediário entre suas posições originais. As ga-

rantias — títulos do Tesouro dos Estados Unidos que o governo adquirirá — serão oferecidas nos primeiros seis anos do acordo. O montante inicial e máximo dependerá das opções que os bancos fizerem entre os seis instrumentos de conversão de dívida em discussão. As propostas iniciais do Brasil e dos bancos foram, respectivamente, de US\$ 2 bilhões e US\$ 4 bilhões.

Um ponto já decidido é a taxa de redução do bônus de desconto. O deságio será de 35%, disse uma fonte governamental. Os bancos haviam proposto um desconto de 32,5%, no novo papel, mas limitado seu prazo de vencimento a 25 anos. O governo, que havia reivindicado uma redução de 37,5%, no valor de face, concordou em rachar a diferença depois que os bancos aceitaram ampliar o prazo de maturação para 30 anos. O bônus de redução terá uma remuneração anual igual à taxa do mercado interbancário londrino, Libor, mais 0,8125%.